**Ata da Reunião Geral de Alunos Extraordinária - 15 de setembro.**

Ao décimo quinto dia de setembro do ano de dois mil e vinte um, **Francisco Sousa, Presidente da Mesa da RGA,** deu início à Reunião, pelas 18h00, por não ter existido quórum para o início previsto, às 17:30h, com a seguinte ordem de trabalhos prevista:

1. Período Antes da Ordem do Dida (PAOD);
2. Aprovação da ata da RGA anterior;
3. Balanço das atividades realizadas;
4. Manifestação de 17 de setembro organizada pelo CNED;
5. Alteração do Regulamento Eleitoral do Conselho Pedagógico
6. Outros Assuntos
7. **Período Antes da Ordem do Dida (PAOD);**

**Francisco Sousa, Presidente da RGA**- Dá as boas-vindas a todos, pedindo desculpa pelo atraso no inicio da mesma visto que não havia quórum para que a RGA pudesse começar. Deseja a todos os alunos um excelente ano letivo e uma boa sorte aos alunos que ainda estivessem a realizar exames da época especial, esperando que os mesmos tivessem tido boas férias. Começa a RGA delimitando a forma como a mesma se iria realizar. Antes mesmo de iniciar o período antes da ordem do dia, Francisco Sousa relembra Dr. Jorge Sampaio, através de um voto de pesar, relembrando o facto de ter servido a AAFDL e o movimento estudantil nas crises de 1962, sendo uma pessoa determinante na evolução da democracia portuguesa com, nomeadamente, as lutas pelas causas nos tribunais fascistas ou mesmo com a agregação dos partidos políticos. Francisco Sousa pergunta se alguém teria alguma coisa a acrescentar, sendo que o Ricardo Vicente teceu algumas considerações. O Presidente da Direção da AAFDL refere @que gostaria que este voto de pesar englobasse todos os órgãos os órgãos sociais, mas igualmente da RGA em específico. Entretanto, Francisco Sousa é relembrado pelo Vítor Andrade André de que Jorge Sampaio havia sido determinante na questão da independência de Timor-Leste, tendo tal facto sido visível nas celebrações fúnebres com a presença de diferentes personalidades timorenses. Houve uma sugestão de um minuto de silencio por parte do Hélder Semedo, algo que o Francisco Sousa aceita enquanto ideia a cumprir, tendo-se cumprido esse minuto de silencio. No final do minuto de silencio houve então a votação referente ao voto de pesar.

-A favor: 32

-Contra: 0

-Abstenções: 0

*Voto de pesar referente à morte do Dr. Jorge Sampaio aprovado.*

**Vítor Andrade André**- Desejando um bom inicio de ano letivo a todos, começa por afirmar que gostaria de fazer um ponto da situação referente aos trabalhos dos órgãos da UL (inclusive o Senado, do qual faz parte) podendo o próprio Hélder Semedo querer tecer algum tipo de comentário, nomeadamente em relação ao Conselho Geral. Ao nível da Universidade refere que o grande momento foi a eleição do novo reitor da UL, tendo o Vítor feito a comparação com o Primeiro-Ministro do Estado, ao nível da Universidade, detendo então o poder executivo. Refere que o Reitor eleito foi o Professor Luís Ferreira, da Faculdade de Medicina Veterinária, sendo que, no âmbito da Faculdade de Direito, seria uma boa opção e um candidato bem preparado, visto que o Vítor menciona que o Professor Luís Ferreira sempre havia tido boas relações com a direção da Faculdade e outros professores que tinham alguma importância na Faculdade. Afirma que enquanto vice-reitor no mandato anterior teria, pelo menos, alguma preparação e conhecimento dentro da área, sendo inclusive possível que na equipa reitoral tivesse um elemento da Faculdade de Direito, sendo sempre, para a Faculdade de Direito, uma posição de prestígio. Refere que, num ponto diferente, o Senado ainda estava numa fase organizativa, nomeadamente para a audição do Reitor realizada à porta fechada, algo que foi não ocorreu com o Conselho Geral, visto que essa reunião foi publica. Reitera que, havendo membros docentes de diferentes escolas nessas reuniões, os candidatos ao lugar de Reitor não conseguiram propor grandes medidas ou mesmo promessas. Quanto ao modo de funcionamento dos Senadores, garante que as linhas de atuação seguiriam uma estreita cooperação com as diferentes escolas e as suas associações académicas e até os próprios órgãos das escolas, fosse direções, presidências e o próprio Provedor do Estudante, sendo que em relação a este órgão houve a nomeação do Dr. Nuno Salpico, com o qual tinha uma boa relação pessoal e profissional, garantindo que realizaria as suas funções de forma positiva, defendendo o interesse dos estudantes. Conclui assumindo que o Senado, se houvesse algum tipo de duvida, estaria sempre disposta a ouvir os estudantes e que a atuação deste órgão se iria focar muito na parte pedagógica (visto que o Senado tinha uma comissão própria em relação a este tópico) tendo a Faculdade de Direito o maior numero de Senadores nos órgãos da Faculdade e para os alunos utilizarem este facto a seu favor, visto que havia diferentes questões, nomeadamente questões disciplinares ou maus comportamentos pedagógicos, que dificilmente se resolveriam nas próprias escolas.

**Hélder Semedo**- Refere que o Dr. Luís Ferreira era o melhor candidato para o cargo de Reitor, sendo que outro candidato nem sabia onde ficava a Faculdade de Direito. No âmbito do seu trabalho no Conselho Geral, refere que já houve algumas garantias relativamente à Faculdade de Direito, visto que a própria Faculdade havia feito pressão junto dos órgãos da Universidade e não tinha verbas suficientes, algo que foi colmatado pela UL, que se disponibilizou em 6% do orçamento da Faculdade de Direito. Essas verbas iriam servir para a contratação de diferentes técnicos superiores e assistentes técnicos que iriam ajudar em diferentes vertentes e gabinetes, mas igualmente a contratação de vários professores associados em algumas áreas jurídicas. Relativamente aquilo que foi mencionado pelo Vítor Andrade André, reforça a ideia de que a presença de um docente da Faculdade de Direito na equipa reitoral apenas iria ajudar a criar uma relação ainda mais estreita entre esse órgão e a Faculdade. Sugere, por fim, que a AAFDL enviasse votos de bom mandato ao Reitor.

**Francisco Sousa (Presidente de Mesa da RGA)**- Refere que tinha algumas questões a colocar ao Hélder, visto que tendo ido às sessões de esclarecimento com os candidatos à Reitoria, percebeu que o mesmo tinha uma preferência clara por um dos candidatos, mesmo com a breve explicação dada anteriormente pelo Hélder. Assim, pergunta, de um ponto de vista objetivo, o porquê da preferência do Hélder pelo candidato vencedor.

**Hélder Semedo**- refere que o processo de candidatura à posição de Reitor é seguido da apresentação de um programa de ação, sendo que o Dr. Luís Ferreira tinha um programa de 60 paginas, tendo o próprio dialogado com os 75 membros do Conselho Geral para englobar o máximo de propostas possíveis e com todas as escolas que são englobadas na UL. Em contrapartida, o plano de ação do Dr. António Barroso, do ISEG, apenas tinha 4 paginas e não demonstrava aquilo que era a UL. Menciona que, ao trabalhar com o Dr. Luís Ferreira na reitoria há mais de 1 ano, e aquando o inicio da pandemia, havia sido um professor que não tinha baixado os braços e continuou a prosseguir o interesse dos alunos. Por outro lado, refere que durante a sessão de esclarecimentos tinham havido diversas perguntas às quais o Dr. António Barroso não tinha respondido ou, pelo menos, de forma dúbia e pouco completa, e em relação aos problemas de financiamento da UL o próprio havia mencionado a criação de um fundo de investimentos, pratica que funcionava em países anglo-saxónicos, mas não em Portugal. Conclui mencionando a votação para o Reitor, onde nem um dos Conselheiros havia votado no Dr. António Barroso (21 votos para o Dr. Luís Ferreira e 11 votos em branco).

**Francisco Sousa (Presidente da Mesa da RGA)**- não estando tao por dentro do assunto, menciona que tinha notado uma clara tendência do Hélder para com candidato eleito, mas que com este esclarecimento havia percebido essa mesma tendência. Pergunta se mais alguém gostava de acrescentar um ponto no PAOD, algo que não ocorreu.

1. **Aprovação da ata da RGA anterior;**

-A favor: 6

-Contra: 0

-Abstenções: 29

*A ata foi aprovada*

1. **Balanço das atividades realizadas;**

**Ricardo Vicente (Presidente da Direção da AAFDL)**- deseja, tal como o Francisco Sousa e o Vítor Andrade André, um bom semestre e ano letivo a todos, com uma Faculdade diferente e de volta ao registo presencial, sendo que a AAFDL estava a começar a delinear o seu plano de atividades para o ultimo trecho do mandato, com iniciativas adequadas a essa realidade. Relembra diferentes iniciativas que a AAFDL tomou, nomeadamente a audiência com o bastonário da ordem dos advogados- referente à possibilidade de alteração do estatuto da ordem dos advogados, que poderia afetar a vida de muitos estudantes e, como tal, foi importante a AAFDL tomar posição sobre tal assunto, posição tomada em ligação com outras associações e núcleos de estudantes de direito- em que o CNED (Conselho Nacional de Estudantes de Direito) representou a AAFDL e transmitiu as preocupações gerais, que afetavam todas as associações e núcleos, sendo que a AAFDL transmitiu ao CNED aquelas que eram preocupações que dos estudantes da FDUL, i.e. o tempo de espera para a apresentação da tese de mestrado, no âmbito do mestrado cientifico, sendo importante para a AAFDL ter uma resposta por parte do bastonário face a estas inquietações. Ricardo Vicente assume que, no âmbito dessa audiência, percebeu que havia alguns motivos validos e a fundamentação dessa proposta de alteração dos estatutos não era escassa e que teria uma razão de ser para o bastonário, não obstante o facto dos alunos terem argumentos alternativos para que a proposta não se efetivasse, argumentos esses que seriam prevalecentes face aos da Ordem. Refere que, face aos obstáculos de ordem pratica que uma proposta destas acarretaria (necessidade de ter um mestrado para entrar na Ordem dos Advogados), a posição do bastonário simplesmente remetia os problemas para as instituições de ensino superior, que deviam ter a responsabilidade de assumir este tipo de problemas. De qualquer forma, assume que iria haver uma manifestação dia 17, mesmo em frente da Ordem, convidando todos para estarem presentes pela importância desta proposta. Ainda assim, refere que o CNED já estava a preparar audiências com os diferentes partidos políticos, na circunstancia de a proposta ser aprovada na Ordem- isto porque a alteração estatutária da Ordem poderia vir a ser inviabilizada na Assembleia da Republica. Outra iniciativa tomada pela AAFDL foi a promoção do GAP (Gabinete de Apoio Psicológico), visto que a AAFDL, há alguns mandatos, tentava aumentar as horas disponíveis para que os alunos pudessem ter esse apoio, pelo simples facto de que a procura por esse serviço ia aumentando. Sendo assim, a iniciativa cingiu-se à celebração de um contrato de trabalho com a Dra. Marta Costa, passando assim a integrar os quadros da AAFDL, melhorando a situação da mesma face ao vinculo de trabalho, mas sobretudo aumentar o numero de horas para consultas e preparação das mesmas. Um outro ponto de iniciativa passou pela AAFDL e a sua Editora estar presente na Feira do Livro, em Lisboa, referindo que foi uma feira particularmente importante para a AAFDL, visto que houve um aumento em 68,5% das vendas em relação ao ano anterior, tornando-se assim a melhor feira do livro de sempre para a AAFDL, sendo que o Ricardo deu os parabéns toda a equipa editorial. Num outro ponto, assume a criação de uma parceria com a sociedade de advogados *CuatreCasas*, que respondeu ao apelo feito pela AAFDL que englobava a existência de alunos com problemas de caracter financeiro que não conseguiriam suportar a sua presença no ensino superior, tendo sido assim celebrado um protocolo de colaboração, em que a sociedade de advogados disponibilizava algumas bolsas de estudo para este tipo de alunos com dificuldades, patrocinando ainda a biblioteca jurídica da AAFDL. Relativamente à biblioteca jurídica, refere que a AAFDL estava a promover a revitalização da mesma, ideia que já era discutida há bastante tempo, entendendo a AAFDL que agora era o momento correto para o fazer, inclusive com o próprio protocolo já mencionado. Conclui a sua intervenção assumindo que, relativamente ao regresso ao ensino presencial, tinham havido diferentes reuniões (Conselho Académico e Pedagógico) e a vontade partilhada pelos intervenientes era um certo retorno à normalidade, fosse com as aulas ou mesmo com os serviços.

**Diogo Lopes (Vice-Presidente das Atividades e Valorização Extracurricular):** Começa por elucidar que o que vai explicar tem em foco um balanço do que foi feito até ao final do ano letivo passado, visto que os últimos meses foram mais de preparação das atividades para o ano letivo 21/22. Em primeiro lugar começa por dizer que os concursos da AAFDL, em foco o departamento do Cultural, foram um sucesso. Quanto ao departamento do Recreativo, diz que foram tempos difíceis para o mesmo e que o objetivo foi sempre adaptar aquilo que era possível adaptar. Quanto ao DAPA, realça a articulação com o Acompanhamento Académico na preparação à receção dos novos alunos. Quanto ao Desporto, realça o sucesso do Curso de Direito do Desporto e também o bom desempenho das várias equipas de desporto da AAFDL.

Por fim, expõe aquilo que correu menos bem, falando do torneio de basquetebol 3vs3 que acabou por não acontecer por várias questões logísticas. Como remate final, diz que a AAFDL está em contacto com a direção da faculdade com o objetivo de perceber se é possível realizar algum evento recreativo num futuro próximo.

**Inês Almeida (Vice-Presidente da Intervenção e Política Educativa):** Quanto ao Acompanhamento Académico, começa por realçar o marco importante no que toca ao alargamento do número de horas do Gabinete de Apoio Psicológico, dizendo ainda que o objetivo é também o de integrar um estagiário nesse mesmo Gabinete. Quanto à Ação Social, realça a construção e desenvolvimento da biblioteca jurídica no antigo espaço do open space. Ainda quanto a esta vogalidade, fala também da parceria feita com a cuatrecasas no que toca à atribuição de 4 bolsas de estudo, sendo que esta mesma sociedade irá também ter uma estante própria na biblioteca jurídica. Ao nível do pedagógico, diz que a comissão de revisão de notas foi um sucesso. Por fim, diz que a revista jurídica da AAFDL está a ser elaborada e que irá sair no início deste ano letivo.

**Francisco Sousa (Presidente da Mesa da RGA):** Faz também um balanço de mandato à Mesa da RGA, dizendo que as coisas têm corrido bem ao seu órgão na generalidade. Por fim, lamenta apenas a imprevisibilidade de alguns temas que surgiram ao longo do mandato e que por vezes vieram impedir o debate de certos temas nos moldes em que a Mesa pretenderia.

**Tomás Viçoso (Presidente do Conselho Fiscal):** Faz um balanço do mandato do Conselho Fiscal, dizendo que brevemente, aquando da revisão estatutária, o Conselho Fiscal irá também apresentar uma proposta no que toca ao regulamento interno de práticas correntes.

**Vítor Andrade André**: Usa a sua intervenção para elogiar o alargamento de horas no gabinete de apoio psicológico, deixando o desafio às próximas direções no sentido de tentar com que a própria Faculdade preste um maior apoio no que toca ao GAP. Por fim, fala também em outros instrumentos de apoio psicológico espalhados pela Universidade de Lisboa.

**Inês Almeida (Vice-Presidente da Intervenção e Política Educativa):** Diz que esse apoio por parte da faculdade tem existido e que é muito importante. Quanto às outras vias de apoio psicológico da UL, informa que as mesmas estarão expostas nos guias a serem distribuídos no início do ano letivo.

**4. Manifestação de 17 de Setembro organizada pelo CNED**

**Ricardo Vicente:** Explica que, perante o teor da proposta de revisão estatutária da Ordem dos Avogados que vem exigir o grau mestre para que seja permitido aceder ao estágio na ordem, a direção da AAFDL quer defender os alunos e quer obviamente se manifestar contra a proposta, como aliás o fez. Quanto à presença na manifestação organizada pelo CNED, apela que os alunos tenham o interesse em participar para que haja uma massa estudantil considerável junto ao Conselho Geral da Ordem dos Advogados.

**Francisco Sousa (Presidente da Mesa da RGA):** Apela também à participação na manifestação e lança a vinculação da AAFDL a votação.

- A favor: 37

- Contra: 0

- Abstenções: 0

*Vinculação da AAFDL à manifestação de 17 de Setembro organizada pelo CNED aprovada.*

**5. Alteração ao Regulamento Eleitoral do Conselho Pedagógico**

**Inês Almeida (Vice-Presidente da Intervenção e Política Educativa):** Explica que houve uma discussão, em sede de conselho de escola, que incidiu sobre uma proposta de alteração ao regulamento eleitoral que terá influência no número de representantes no conselho pedagógico. Explica ainda que a AAFDL quis trazer este tema a RGA, para ser discutido, antes que o mesmo fosse anunciado oficialmente pelos órgãos. Por fim, realça que a AAFDL se manifestou contra a proposta encabeçada pelos conselheiros do Conselho de Escola.

**Inês Filipa** Apesar do que era suposto fazer chegar ao Conselho Pedagógico com esta proposta, verificou-se que os Estatutos Gerais não estavam a ser cabalmente cumpridos, pelo que teve de haver algumas alterações. Salienta o artigo 14º- passa a haver um aluno por cada ciclo de estudos no Conselho Pedagógico, o que representa mais diversidade. Vão passar a existir 3 boletins de voto: Conselho de Escola, Conselho Pedagógico e 7º e 8º Ciclo. Há também a obrigatoriedade de existir um aluno por cada ciclo no Conselho Pedagógico. Ficam assim ressalvadas, as alterações a fazer à proposta.

**Inês Almeida (Vice-Presidente da Intervenção e Política Educativa):** Pretende explicar o porquê da posição da AAFDL relativamente a esta proposta não ser favorável, abordando que ainda assim, a AAFDL não tem direito ao voto sobre esta possível alteração. Afirma que os representantes da licenciatura passarão de 8 para 6, e é este ciclo de estudos que representa a maior fonte de situações problemáticas para a Faculdade, pelo que reitera que esta diminuição não deveria proceder, trazendo assim este assunto à Reunião Geral de Alunos.

**Inês Filipa (Conselheira discente do Conselho de Escola):** Sintetiza que na reunião realizada, nunca foi sequer o objetivo reduzir os representantes a nível da licenciatura, mas como os estatutos estavam desatualizados, as proporções de representantes a nível de ciclo de estudos, também estavam, pelo que foi necessário fazer este novo enquadramento.

**José Matos (Conselheiro discente do Conselho de Escola)-** No seguimento do que a anterior interveniente abordou, aduz que considerando os assuntos mais recentes a nível regulamentar, tomou-se como ideia que os alunos em Doutoramento estavam pouco representados no Conselho Pedagógico, pelo que é perentório que haja representação a esse nível. Foi sugerido pela Diretora que houvesse um grupo que tratasse de uma proposta exequível nos termos anteriormente ditos, grupo esse que foi constituído pelos Professores Tiago Fidalgo de Freitas e Ana Fouto.

**Ricardo Vicente (Presidente da Direção da AAFDL)-** Afirma que importa dar 2 notas essenciais: apesar da discordância sobre a proposta apresentada nos termos em que os alunos da licenciatura ficarão com menor representatividade no Conselho Pedagógico, a AAFDL tomou essa posição por uma razão prática que se prende com a disponibilidade e a facilidade com que se fazem passar determinadas questões no Conselho Pedagógico. E é por isto, que a Associação demonstra ser contra aquilo que está a ser proposto.

**Vítor André-** Antes de iniciar o seu pedido de esclarecimento, felicita a presença de Inês Filipa e de José Matos na RGA, a explicar integralmente o conteúdo da alteração em curso. Posto isto, afirma que para haver alterações, há também que existir um problema inerente à mesma. Considera que os mestrados e doutoramento estão muitíssimo bem representados e que não importa assim tanto a quantidade de representantes no Conselho Pedagógico, mas sim a forma como defendem a posição dos alunos. Pergunta, por fim, a norma que exige a proporção a nível de representatividade aos presentes.

**José Matos (Conselheiro discente do Conselho de Escola)-** Respondendo ao anterior orador, afirma que foi o Professor Fidalgo de Freitas que a mencionou na reunião, e mesmo com algumas dúvidas, julga que seja o artigo 92º que fala no termo “proporcionalidade”, pelo que advém daí a proposta em análise.

**Vítor André-** Não se sente esclarecido porque ao ler o artigo 92º, nada é dito relativamente à exigência de proporcionalidade, fazendo questão de ler essa mesma norma. E também discorda com o Professor Fidalgo de Freitas relativamente à sua abordagem sobre essa norma, pelo que seria muito relevante perceber efetivamente a sua posição, para que todos os alunos presentes em RGA compreendam esta visão, errada na opinião de Vítor André.

**Francisco Sousa (Presidente de Mesa da RGA)-** Intervindo a nível pessoal, e no seguimento do que disse Vítor André, salienta que não há outro espaço na Faculdade em que todos os alunos sejam ouvidos para além da Reunião Geral de Alunos. Portanto, é de extrema relevância que todas as posições sejam conhecidas, tanto as dos alunos presentes em RGA, como algumas posições que são discutidas no Conselho Pedagógico, para que seja de conhecimento dos alunos. Termina a sua intervenção, visando os Conselheiros, questionando-lhes se não deveriam ter votado contra esta proposta, em vez de votarem a favor de uma proposta menos má.

**José Matos (Conselheiro discente do Conselho de Escola):** Com esta mudança, optaram sim para que todos os ciclos de estudos tivessem bem representados e frisando aquilo que já tinha sido aduzido, o grande objetivo desta proposta não foi menorizar os alunos da licenciatura. Quanto ao facto das presenças em RGA, concorda com Francisco Sousa, que deveriam ser mais “visitadas” para ouvir todos os alunos e os seus problemas a nível académico.

**Inês Almeida (Vice-Presidente da Intervenção e Política Educativa):** Sendo que a Associação não tinha direito de voto, essa proposta não poderia ser influenciada diretamente pela AAFDL, apesar da sua manifestação contra a mesma. Considera muito estranha toda esta questão em redor da proporcionalidade a nível da licenciatura, quando há três representantes do 3º ano, e apenas um do 1º, 2º e 4º ano. Aqui não existe efetivamente proporção.

**Vítor André-** Faz um repto aos Conselheiros de Escola para lerem o artigo aqui visado, ironizando o argumento utilizado para o Conselho Pedagógico, com o devido respeito pelo Professor Fidalgo de Freitas, que também se enganam e têm outro tipo de objetivos, segundo Vítor André.

**David Balseiro-** Inicia o seu pedido de intervenção, fazendo uma sugestão à RGA para que se faça uma votação para demarcar os alunos presentes em Reunião Geral de Alunos, sobre esta posição tomada em relação ao Regulamento Eleitoral. Moção: “Demarcar os Alunos em relação à alteração do Regulamento Eleitoral”.

**Rita Miranda:** questiona se ainda é possível fazer alguma coisa para evitar que a decisão seja a estabelecida até então, dada a insatisfação demonstrada.

**José Matos (Conselheiro discente):** informa que a decisão já foi aprovada há dois meses, esclarecendo que ainda não teria saído o despacho por causa de uma posição do Professor Tiago Fidalgo Freitas.

**Inês Almeida (Vice Presidente da Intervenção** **e Política Educativa**): esclarece que a decisão foi tomada no próprio dia, e uma vez que houve consenso de todos os conselheiros discentes, a menos que houvesse uma vontade, por parte dos mesmos, em tentar reverter a decisão, não se poderia fazer nada, pois a decisão foi tomada e está em ata, não tendo apenas sido publicada.

**Ricardo Vicente (Presidente da Direção da AAFDL):** reforça aquilo que foi dito pelo conselheiro discente, José Matos, afirmando que o regulamento não está alterado na sua globalidade, pois ainda falta a alteração de uma questão específica. Deste modo, não estando globalmente alterado, considera que talvez haja uma possibilidade de reverter a decisão, mas que tudo depende dos conselheiros e até da própria Diretora.

Quanto à proposta do aluno David Balseiro, sugere que da moção em vez de “demarcar”, conste “ratificar”, uma vez que a posição já foi apresentada em sede de órgãos.

**Francisco Sousa (Presidente da Mesa da RGA):** dá a palavra ao aluno David Balseiro para que o mesmo se pronuncie relativamente à sugestão.

**David Balseiro:** concorda com a proposta sugerida.

**Francisco Sousa (Presidente da Mesa da RGA):** sugere que se formule a seguinte moção: “ratificar a posição da AAFDL contra a alteração do regulamento eleitoral do Conselho Pedagógico”.

Acrescenta que não considera que faça sentido uma votação pela negativa quanto a esta moção, se o único argumento for a dificuldade em reverter a situação, pois por mais adversas que sejam as situações e por mais difíceis que sejam as decisões a tomar, já se verificou, na história da Associação, haver sempre uma ínfima possibilidade de as situações se alterarem.

Por fim, questiona se alguém tem algo a acrescentar.

**José Matos (Conselheiro discente):** esclarece que a alteração ao regulamento que está a ser discutida foi apresentada como uma obrigação estatutária, pelo que a única coisa que estava nas mãos dos conselheiros era decidir a forma como essa alteração ia ser feita. Acrescenta ainda que, em termos da defesa dos alunos, vai dar ao mesmo, uma vez que continuam a existir dez alunos dentro do Conselho Pedagógico.

**Ricardo Vicente (Presidente da Direção da AAFDL):** considera que, tendo por base aquilo que foi dito pelo Conselheiro discente, José Matos, se verifica uma situação na qual o Conselho de Escola toma uma decisão com base num pressuposto que não existe (não existia necessidade, por imposição dos estatutos da Universidade, de adaptar o regulamento eleitoral de forma a que o próprio regulamento já respeitasse os estatutos), pois se a interpretação for a que o aluno e Conselheiro Vítor Andrade André enunciou, a regra está respeitada a partir do momento em que os lugares são atribuídos por método de Hondt. Admite, no entanto, que possa haver outra interpretação.

Rita Miranda: questiona a razão pela qual os estudantes não foram consultados quanto à questão, uma vez que a interpretação não é assim tão linear.

**Inês Almeida (Vice-Presidente da Intervenção e Política Educativa):** partilha a sua discordância relativamente à intervenção do conselheiro discente, José Matos, uma vez que, embora os alunos, tecnicamente, remem para o mesmo lado, não há garantias que em diante assim seja. Além de que a verdade é que há muitas coisas pelas quais apenas os alunos da Licenciatura passam e que os afeta de forma diferente. Acrescenta ainda que, apesar de o argumento ser formal, há que atender à natureza das coisas. Relativamente ainda a esta questão, esclarece que no dia em que a discussão teve lugar, a AAFDL foi a única a manifestar-se contra, tendo ela própria questionado qual era a norma, pergunta à qual apenas obteve resposta posteriormente, pois o conselheiro discente, José Matos lhe enviou. Assim, afirma que a decisão já estava tomada, decisão esta que tinha tido por base uma norma que ninguém na reunião lhe soube indicar qual seria.

Reforça que, tendo em conta a natureza das coisas, a decisão não é justa, pois os alunos do 2º e 3º ciclo não estão na Faculdade todos os dias e contam como inscritos, algo que não acontece com o 1º ciclo, que está na Faculdade todos os dias.

Termina, dizendo que, se se viu na RGA a decorrer que há uma escapatória, talvez se devesse tentar ir por aí, pois considera que há poucas coisas irreversíveis.

**José Matos (Conselheiro discente):** afirma que na próxima reunião haverá possibilidade de questionar o Professor Tiago Fidalgo Freitas quanto ao artigo em questão, disponibilizando-se ele mesmo para o fazer.

Relativamente à proporcionalidade, afirma que a ajuda mútua entre os alunos, independentemente do ciclo em que estão, não ocorre porque os alunos gostam muito uns dos outros, mas sim porque precisam da ajuda uns dos outros. Acrescenta ainda que se aconteceu assim no passado, acontecerá assim também no futuro, desde que continuem a ser eleitos alunos que tenham interesse em defender os colegas

**Rita Miranda:** partilha que ainda não está esclarecida quanto à irreversibilidade ou não da decisão, bem como a razão pela qual os alunos não foram consultados.

**José Matos (Conselheiro discente):** esclarece que se estava à espera que saísse o despacho para informar os alunos. Quanto à questão da reversibilidade, considera que, se se concluir que a norma é um imperativo estatutário, não há possibilidade de alterar, mas concluindo o contrário, haverá essa possibilidade.

**Ricardo Vicente (Presidente da Direção da AAFDL):** partilha que a AAFDL já tinha a intenção de suscitar a questão há algum tempo, mas tal apenas foi possível nas férias, pelo que não havia possibilidade de marcar uma RGA, tendo a RGA a decorrer sido antecipada para se discutir precisamente o assunto.

**Francisco Sousa (Presidente da Mesa da RGA):** considera que é importante que se tenha noção que se está a falar de assuntos que afetam diretamente os alunos, não havendo sede melhor para se discutir as várias posições do que a RGA, pois já se viu que uma decisão que foi tomada há dois meses, não vai propriamente de encontro àqueles que são os interesses dos alunos, devendo os conselheiros ponderar se, no futuro, não é melhor virem a RGA antes de tomarem qualquer decisão.

Relativamente à marcação de RGAs no verão, esclarece que, além de ser contra os estatutos, não considera que faça sentido, podendo até os conselheiros, quando surgem questões relativas a alterações tão profundas, na pior das hipóteses, não marcar presença nas reuniões para impedir a formação de quórum para deliberação.

*Votação da moção “ratificar a posição da AAFDL contra a alteração do regulamento eleitoral do Conselho Pedagógico”:*

*- A favor: 30*

*- Contra: 0*

*- Abstenção: 2*

**Outros assuntos**

**Tomás Viçoso (Presidente do Conselho Fiscal):** questiona se os alunos Vítor Andrade André e Hélder Semedo, com representação nos órgãos da UL, têm alguma informação sobre a forma como a questão da praxe foi decidida, pois já circula um despacho que proíbe a realização de qualquer atividade de praxe na fase inicial do ano letivo.

Acrescenta que, como representante da Comissão de praxe, juntamente com o aluno Diogo Oliveira, tinha vontade de organizar algo e já havia uma logística pensada de modo que as atividades fossem o mais organizadas e ordeiras possíveis, pelo que acaba por considerar desanimador.

Assim, questiona os alunos, no sentido de saber se não havia possibilidade de cada Faculdade tomar a sua decisão, bem como de saber se todas as Faculdades da UL foram auscultadas.

**Francisco Sousa (Presidente da Mesa da RGA):** dá a palavra ao aluno Hélder Semedo, Presidente da AAUL.

**Hélder Semedo (Presidente da AAUL):** informa que todas as Faculdade foram consultadas e que todas concordaram com a proibição da praxe. Contudo, a proibição das praxes, no que toca aos estudantes no Conselho Geral, não é unânime, havendo vários conselheiros que estão contra a proibição.

Partilha que no dia 29 de setembro decorrerá o Conselho Geral, que é responsável por apreciar os atos do Reitor e do Conselho de … (2:08:55) Universitária, pelo que a questão da praxe será suscitada.

Esclarece que a decisão é a mesma do ano passado, ou seja, proibir a praxe em toda a Universidade de Lisboa. Contudo, no primeiro despacho havia uma norma habilitante que era o decreto do estado de emergência, mas o atual não tem, pelo que, é verdade que o Reitor pode proibir a praxe dentro da UL, mas não pode fazê-lo fora da mesma.

Acrescenta que se tentou sensibilizar o Reitor, mas os próprios diretores das diversas Faculdades não apoiaram a posição, em razão da forma como se procede a praxe nalgumas Faculdades da UL, nomeadamente a de Ciências e de Letras.

A posição do Conselho Geral, uma vez que, apesar de os tempos estarem a normalizar, a pandemia não acabou, é a de privilegiar a atividade letiva de forma presencial, estando a Reitoria disposta a revogar a decisão no final do ano civil se a DGS e a DGES assim o permitirem.

Informa que enviou ao Presidente da Direção da AAFDL, Ricardo Vicente, e à Vice-Presidente da Intervenção e Política Educativa, Inês Almeida, um conjunto de orientações da DGES e da DGS, das quais não consta qualquer menção às praxes.

**Sofia Escária:** informa que o ano passado também houve uma diretiva no mesmo sentido por parte da Reitoria da UL, mas que, ainda assim, várias Faculdades dinamizaram iniciativas distintas da praxe académica, estando até no presente momento a decorrer uma do ISEG, em moldes muito específicos, definidos em parceria com as direções das Escolas.

Esclarece que a sua intervenção não vai no sentido de incentivar e encorajar a desobediência ao despacho da Reitoria, mas sim dar um conselho, no sentido de se verificar junto da Direção da Faculdade em que moldes pode a praxe decorrer ou se pode existir outro tipo de atividades de integração.

**Francisco Sousa (Presidente da Mesa da RGA):** agradece a intervenção da aluna Sofia Escária e dá a palavra ao Presidente do Conselho Fiscal, Tomás Viçoso.

**Tomás Viçoso (Presidente do Conselho Fiscal):** agradece as intervenções dos alunos Hélder Semedo e Sofia Escária, intervenções que são uma boa base, uma vez que a reunião com a Professora Susana Videira decorreria no dia seguinte, reunião para a qual já está estabelecida e bem estruturada a forma como se gostaria que a praxe funcionasse, tendo em conta as limitações, a responsabilidade e as preocupações.

Termina, apelando a que o Presidente da AAUL, Hélder Semedo “bata o pé”, pois tinha muita vontade que houvesse praxe, considerando que faria muito sentido, tendo em conta o levantar das restrições.

**Francisco Sousa (Presidente da Mesa da RGA):** considera que há possibilidade de realizar a praxe, tendo em conta que também o ISCTE está proibido de fazer no recinto da Faculdade, continuando a fazer na mesma nas imediações. Além do mais, a Reitoria está a organizar um peddy-paper para os alunos do primeiro ano.

**Hélder Semedo (Presidente da AAUL):** informa que o ISEG começou efetivamente a fazer praxe, mas deixaram no presente dia de o fazer, uma vez que o despacho do Reitor saiu nessa mesma tarde, tendo a Comissão de Praxe decretado luto académico.

De acordo com o despacho do Reitor, nem a Reitoria nem as Faculdade podem proibir a realização das praxes, pois tal está na disponibilidade do movimento académico, a orientação é apenas a da proibição das praxes dentro do recinto das Faculdades.

**Francisco Sousa (Presidente da Mesa da RGA):** questiona se mais alguém tem algo a acrescentar, dando a palavra ao aluno e Presidente da AAUL.

**Hélder Semedo (Presidente da AAUL):** convida todos os alunos a estarem presentes, no dia 12 de outubro, na tomada de posse do Reitor e na abertura do ano académico e, no dia 17 de setembro, na atribuição do Honoris Causa da Dra. Leonor Beleza, antiga Presidente do Conselho Geral, sob proposta da Faculdade de Direito.

**Francisco Sousa (Presidente da Mesa da RGA):** dá por terminada a RGA, dando nota de que daqui a 15 dias teria lugar outra, não por zoom, mas presencial.

*Sem mais nada a registar, deu-se a RGA por terminada por volta das 20:30h*

*Francisco Sousa (Presidente de Mesa da Reunião Geral de Alunos)*

*Tiago Teles Pita (Vice-Presidente de Mesa da Reunião Geral de Alunos)*

*Ana Francisca Prôa (Secretária de Mesa da Reunião Geral de Alunos)*

*Diogo Badalo (Secretário de Mesa da Reunião Geral de Alunos)*

*Miguel Maria Ribeiro (Suplente de Mesa da Reunião Geral de Alunos)*